

EM TÔRNO DE UM COMPLICADO CASO DE CONSCIÊNCIA

1. Decidira manter o mais completo silêncio perante o último ataque do Dr. Abel Salazar, — ou, antes, de um Dr. Abel Salazar que creio não ser o *verdadeiro*. Sucede, porém, que muitos leitores da *Seara Nova* julgam indispensável uma explicação do fenómeno; e, além disso, sei que se espalham interpretações erradas, tendenciosas, vis, do facto de eu ter recorrido a alguns amigos — ao conselho e intervenção de alguns amigos — a certa altura dêste infeliz incidente. Vou pois explicar-me aos meus leitores. Faço-o em seguida a hesitações infinitas, e como quem se submete a um trabalho forçado, cheio de dor e de confusão.

O meu empenho é acabar com perguntas, com boatos maldosos, com explorações do caso. Nos meus sentimentos para com o Dr. Abel Salazar não há o mínimo vislumbre de ressentimento ou mal-querer: seria absurdo. Bem ao contrário: as suas súbitas explosões contra mim (tão diversas das homenagens que me tem prestado) persisto em atribuí-las a exaltações passageiras, que não só não exprimem o seu verdadeiro carácter (o que há de essencial no seu organismo psíquico) senão que, muito ao invés, não passam dessa espécie de acidentes fisiológicos a que todos os individuos estão sujeitos, e que nos põem em contradição connosco próprios. Assevera a sabedoria dos povos que existem muitas pessoas em cada um de nós; e todos os mortais nos achamos sujeitos a ter momentos de exaltação nervosa, e a que os nossos nervos nos levem para um lado, ao passo que a inteligência nos indica um outro. Êsses momentos em que os nervos comandam estou eu convencido de que todos os homens os têm: há, pois, que aceitá-los, como males inerentes à condição humana; mas havemos de convir (e por isso mesmo), que não são êsses os instantes propícios para tratar problemas de filosofia e de crítica, ou qualquer caso que se prenda com êles.

Quando lemos, há meses atrás, um artigo do Dr. Abel Salazar, em forma de carta a Casais Monteiro, em que êle se queixava de perseguições jornalísticas, sentimos êsse impulso natural e espontâneo de nos pormos ao lado dos que são perseguidos: e abrimos-lhe as colunas da *Seara Nova*. Mandou-nos artigos com que não concordei; não obstante, não deixámos de os publicar na nossa revista (é costume antigo na *Seara Nova*), e fiz mais ainda: antepus-lhes palavras do maior carinho, que creio serem de real justiça para o que chamo o *verdadeiro* Abel Salazar.

Publicámos, pois, na nossa revista, aquêles seus artigos; mas vi-me obrigado a apresentar mais tarde alguns reparos e observações gerais à maneira especial como Abel Salazar estava fazendo o trabalho da vulgarização filosófica.

Ora, é de saber que com êsses meus reparos mostrou concordar de maneira cabal a inteligência crítica de Abel Salazar, o seu verdadeiro espírito; e tanto assim, que me escreveu êste nobre e admirável bilhete, que aqui reproduzo:

« *Caro amigo*. — Muito obrigado pela carta; foi para mim um alívio, pois me afligia a idea de que supusesse não fundamentados os artigos. Agradeço-lhe o esclarecimento.

« **ABSOLUTAMENTE EXACTO** o que diz (1): eu não tenho qualidades de vulgarizador. Se me lancei nisto foi levado pela força das coisas e das necessidades; pronto a ceder o lugar a quem melhor o possa fazer. Escrever-lhe-ei mais demorada e detalhadamente sôbre as causas que me levaram a tal.

« Há muita coisa em que A. Sérgio tem razão; e no entanto, parece-me que a força das coisas, no presente momento, obrigam a ir para a frente, a-pesar dos inúmeros contra.

Amigo e admirador
SALAZAR. »

Ah, se Abel Salazar nos dissesse isto *em público*, ¡que maravilhoso exemplo nos teria dado! ¡Que grande e nobilíssima lição a todos! ¡Que acto digno da sua verdadeira pessoa!

Por desgraça, porém, ao mesmo tempo que a inteligência dêle (por outras palavras: o que considero seu *verdadeiro* espírito) me afirmava aquilo particularmente a mim, — um outro e transitório Abel Salazar (dominado por uma dessas impulsões nervosas a que todos os organismos estão infelizmente sujeitos) afirmava ao público precisamente o contrário, em artigos na *Seara*, no *Diabo* e no *Sol Nascente*. Consoante o que se concluía de tais artigos, aquêles reparos que eu havia feito não só *não* eram «absolutamente exactos», senão que até absolutamente errados, e oriundos todos da minha ignorância do que sejam a ciência e a filosofia actuais.

Comecei, perante êste contraste, a interrogar-me um pouco sôbre a situação em que estava. Como interpretá-la? Como proceder dentro dela?... Pareceu-me que não havia, a-pesar de tudo, razão bastante para desistir desde logo de responder aos artigos de Abel Salazar. A certa altura dêses seus artigos (tão contraditórios com o que me dizia a mim) contrapôs-me Abel Salazar um tre-

(1) Foi o próprio Dr. Abel Salazar que acentuou esta frase.

cho de um folheto de Carnap, com uma crítica da lógica do juízo de predicação que é um lugar-comum da lógica actual, conhecidíssimo dos que leram os mestres de Carnap, e nomeadamente Bertrand Russell. Numas palavras que fiz inserir no n.º 515 da *Seara Nova* respondi que tão pouco ignorava aquilo — que o deixara explicado numa certa nota do 3.º volume dos meus *Ensaio*s, destinada (como tôdas as notas) a facilitar a compreensão do que eu dizia no texto. Eis aqui as minhas palavras, nesse n.º 515 da *Seara Nova*:

«E depois, ¿pode haver nada mais estrambótico do que indicar-me a mim, António Sérgio, um trecho de quem quer que seja — contra a lógica do juízo de predicação? Muííssimo antes de aparecer no mundo o folheto de Carnap que o meu Amigo me cita, tinha eu deixado por vários escritos — aqui e além — ideias da mesma índole acerca do juízo de predicação; e, se quiser ler um trecho de exposição crítica acerca do juízo de predicação, de tese idêntica à do Carnap, mas (permita-me a vaidade) bem mais directo e bem mais claro do que aquêle do Carnap, — queira ler as páginas da nota final do 3.º volume dos meus *Ensaio*s (2.ª edição)... Russell, como todos sabem, é a principal fonte da metodologia do Empirismo-lógico. O meu Amigo, que se meteu a professor de Empirismo-lógico, tem obrigação de conhecer *directamente* o Russell, — e de o não citar, por consequência, através de um folheto de vulgarização do Carnap» (*Seara Nova*, n.º 515, p. 217, 2.ª coluna).

Estas palavras provocaram a seguinte resposta do Dr. Abel Salazar, em carta particular que me dirigiu:

«Caro senhor. — Li os seus artigos do n.º 515 da *Seara*, e fez-me sorrir a completa étourderie com que cahiu nas ratoeiras que lhe armei. Mal sabe no que cahiu, e no que se meteu, mas era necessário pôr em evidência a sua má fé, e as suas inacreditáveis trapaces. Custou-me a crer no que me diziam, mas agora tenho disso a prova.

«E como eu perdôo tudo menos as faltas de lealdade e de honestidade intelectual, ponho ponto d'ora-avante nas minhas condescendências, e passarei a tratá-lo como justamente merece.

«Inútil espernear, porque agora tenho-o seguro nas mãos, e irei revelar ao público o que é o bluff António Sérgio. De resto, quanto mais espernear melhor, porque melhor prêsá me dará. Excelente: nous allons rire. *Abel Salazar.*»

Agora é que já não havia dúvidas sôbre a singularidade da situação em que me via pôsto — e começou neste ponto, para o meu espírito, aquilo a que chamo «um complicado caso de consciência». Evidentissimamente, não devia tomar a carta como provindo do verdadeiro Abel Salazar. O verdadeiro Dr. Abel Salazar não escreveria jamais naquele estilo, e menos ainda se caluniaria a si próprio, proclamando que os seus artigos sôbre o assunto eram, não a expressão sincera do seu pensamento, mas simples ratoeiras à minha boa fé. E era na própria carta em que se declarava armador de ratoeiras, que falava na má fé... minha, e que me afirmava que perdoava tudo, menos as faltas de lealdade e de honestidade intelectual! Não, êste caos de incoerências não podia ser dêle, — e já não era um debate de ideias o que eu tinha agora pela minha frente, mas um

problema prático, vital, humano, que exigia prudência, tacto, desvêlo, simpatia... Seria delicado o explicar aos leitores as dúvidas e os escrúpulos que me assaltaram então, e os inconvenientes que me pareceu que poderiam advir — quer de uma intervenção precipitada e inexperta, quer de uma abstenção de minha parte. Inconvenientes de natureza individual, inconvenientes de natureza social. — Que fazer?... Sentia-me insuficiente para resolver sôzinho, e decidi recorrer a alguns bons amigos, que — uns por uns motivos, e outros, por outros, — me pareceram mais aptos para me aconselharem no caso. A conselho dessa junta de amigos escrevi a nota que veio impressa no n.º 519 da *Seara Nova*, e convenci-me de que ficara pactuado que não haveria d'ora-avante discussões entre nós.

Aí está o que foi êsse recurso a amigos, de que agora se espalham interpretações maldosas.

Passados cinco meses, eis que aparece no *Sol Nascente* um artigo de Abel Salazar em que, a pretexto da publicação na *Seara Nova* de artigos do Almirante Gago Coutinho (artigos que não exprimem opiniões da *Seara*, e nos quais não temos responsabilidade alguma), se lançavam agressões de carácter geral à nossa revista e à minha pessoa.

Em virtude dos antecedentes do injustificável ataque, da minha ideia de que ficara pactuado que não mais nos criticaríamos um ao outro, e do meu desejo de não responder à investida, — decidi recorrer àqueles mesmos amigos. Êles, porém, depois de uma longa discussão entre si, abstiveram-se de qualquer acção, de qualquer conselho; e desta maneira me vi eu sôzinho, a braços com um caso de solução difficilima, e que não tenho obrigação de saber tratar. Então, escrevi a nota que saiu publicada no n.º 539 da *Seara Nova*. Repito: não me sinto com competência para uma questão desta ordem, e é possível que essa nota tivesse sido asneira. E é possível que êste artigo seja também uma asneira... ¡A nossa comum miséria humana!

2. E agora, passando a um assunto muito menos complexo, consideremos essa história do «plágio» e do *bluff*: e abramos a coisa por uma observação geral, para amenizar o tema.

O paciente trabalho de buscar em outros aquilo que escreveu determinado autor — tem sido feito, como é bem sabido, para todos os grandes escritores do mundo, e é a base da «literatura comparada». Quando êle se realiza *sem* intuito agressivo, dá-se-lhe o nome de estudo das «fontes» (ou das «influências»); quando se realiza *com* intuito agressivo, dá-se-lhe o nome de busca dos «plágios». Tal qual a maioria dos demais autores, também o Musset foi acusado de plágios. Um dos que êle plagiava seria o Byron, — o qual, por

sua vez, havia sido também acusado (e intensamente) de perpetrar muitos plágios (sobre os «plágios» do Byron, e os do próprio Goethe, ver as conversações de Goethe com Eckermann); e foi a-propósito das acusações de «plágio» (como todos sabem) que escreveu o Musset aqueles versos célebres:

Byron, me direz-vous, m'a servi de modèle.
Vous ne savez donc pas qu'il imitait Pulci?
Lisez les Italiens, vous verrez s'il les vole.
Rien n'appartient à rien, tout appartient à tous.
Il faut être ignorant comme un maître d'école
Pour se flatter de dire une seule parole
Que personne ici-bas n'ait pu dire avant vous.
C'est imiter quelqu'un que de planter des choux.

Conheci a mãe de um oficial de marinha que, sempre que tinha de se despedir do filho, lhe dizia coisas perfeitamente idênticas às que o Camões atribue a uma pobre mãe no quarto canto do seu poema épico, estância 90. Nunca me passou pela ideia que aquela senhora plagiasse os *Lusiadas*: mas confesso à pureza aos camonianistas ilustres que suspeitei o Camões de plagiar a mãe dele, ou outras mãis que ele acaso viu (no Restelo ou alhures) a despedir-se dos filhos; ora, eis que um erudito nos provou há pouco que o Camões o plagiara dos trágicos gregos (perdão: que tomara por «fontes» os trágicos gregos); e sentindo-me nisto um patriota da gema, e não querendo o Camões subalternizado aos gregos, assentei logo que os trágicos gregos, por sua vez, plagiaram a coisa das suas próprias mãis, ou de mãis que eles viram a despedir-se dos filhos. A-pesar, todavia, de patriota da gema, como tenho pretensões a grande erudito, descobri há pouco a semelhança perfeita do «armas e barões» da nossa epopeia (canto primeiro, primeira estrofe, primeiro verso) com o «arma virumque» do princípio da *Eneida* (livro primeiro, verso quinto): e considero-me habilitado a demonstrar desde agora, perante todos os eruditos e tribunais deste mundo, que o Camões é um «infame plagiador».

No caso do meu «plágio», porém, existe uma particularidade verdadeiramente notável, que me coloca muito acima do supradito Camões: é que fui eu próprio quem o denunciou, ao apontar a Abel Salazar a semelhança perfeita da sua citação do Carnap e de um pedaço de uma minha nota no 3.º volume dos *Ensaio*s. O pior é que Abel Salazar me coloca a mim neste dilema agudo: quando discordo dos Empiristas-lógicos, — é que ignoro êsses homens (horrendo crime); e quando concordo, — é que os plagio, o que não é menos grave. Um conhecedor da lógica moderna, que quisesse fazer denúncias de plágio, não me acusaria de plagiar o Carnap, senão que se entreteria a acusar-nos aos dois (mas mais ao Carnap) de plagiarmos ambos, por exemplo, um Russell. Sim:

muito mais ao Carnap: em primeiro lugar, porque ele se mantém muito mais próximo do Russell, o grande mestre dele e dos seus companheiros (o qual Russell, por sua vez, se aproveitou de um Morgan, de um Boole, de um Peano, etc., — ¡«plágios» e mais «plágios»!); e em segundo, porque aquela crítica do juízo de predicação a dá ele no texto do seu folheto, onde é doutrina essencial da obra (que é obra de lógica), enquanto eu, ao contrário, a pus numa nota, que só serve para apontar o paralelo que existe, no campo da lógica, com a doutrina psicológica que eu dou no texto. Demais, a rejeição da lógica aristotélica do juízo de predicação — acha-se já implícita nas doutrinas dos primeiros ensaios que publiquei, *muí-tíssimo* anteriores (como é fácil ver) ao aparecimento do folheto do Carnap (que é de 1933) e foi por mim frequentemente explicitada antes desse ano de 33, como é do conhecimento dos meus leitores que me têm lido com inteligência (1). Todos os que conhecem destes assuntos sabem que a crítica do juízo de predicação é muito anterior a Rudolfo Carnap, e que ninguém, para a conhecer, precisa de recorrer ao dito Carnap. Este mundo em que nós vivemos não começou no Círculo de Viena, nem na secção dos Empiristas-lógicos das *Actualités scientifiques et industrielles* (2).

Esclarecido assim o problema do «plágio», consideremos um pouco o problema dos *bluffs*. (Santo Deus! ¿Pois é preciso tratar essa coisa?).

A hipótese dos meus *bluffs*, ao que se me afigura, será tida como coisa absurda por todos os homens de suficiente bom-senso, e por vários motivos.

Um primeiro motivo, é que a maioria dos meus ensaios são análises de temas bem portugueses (como as obras de um Camões, um Oliveira Martins, um Antero de Quental, um Junqueiro, um António Vieira, etc., e vários problemas da nossa história): e é absolutamente inacreditável que eu pilhasse o que disse a tal respeito a quaisquer incógnitos autores estrangeiros, de todo desconhecidos em Portugal. Ora, um homem que

(1) A rejeição da lógica do juízo de predicação acha-se até implícita na minha maneira de conceber a História, onde as *ideias gerais* são substituídas pela relação particular de cada parte com o todo. Mas para ver isso é preciso *pensar* e ler-me com inteligência, coisa que só posso esperar de um número restrito dos meus leitores.

(2) Aproveito o ensejo para dizer que respeito muito essa série; simplesmente, tem razão um Agostinho da Silva em dizer que a secção dos Empiristas-lógicos lhe parece a menos valiosa de toda ela, por um lado; e, por outro, — *e é isto o que importa* — parece-me que êsses folhetos, ainda quando feitos por homens de primeira ordem, não deixam por isso de ser sínteses, resumos, vulgarizações científicas, e, como tais, insuficientes para tornarem os seus leitores verdadeiros mestres dos respectivos assuntos; ensinam, sim, mas não habilitam a ensinar; dão-nos uma noção dos respectivos temas, mas não nos tornam *senhores* deles. Tenho lido folhetos dessa colecção (em que colaboram, por sinal, excelentes amigos meus) mas nunca me passou pela cabeça armar em mestre das respectivas ciências.

é capaz de fazer — digamos — a minha análise sobre Oliveira Martins, é de-certo capaz de fazer também as análises sobre temas não-portugueses que tenho apresentado nos meus *Ensaio*s.

Um segundo motivo, é que o nosso país, no que respeita à inteligência e à cultura do espirito, não é aquêle perfeito e absoluto deserto que o Dr. Abel Salazar nos afirma que é. Mesmo em temas gerais filosóficos, ninguém poderia alimentar a esperança de pregar *bluffs* a um Joaquim de Carvalho, por exemplo, ou a um Vieira de Almeida, tão inteligentes e tão bem informados (e só estes cito, para me limitar aos catedráticos de Filosofia); e nos problemas mais especiais, mais relacionados com as ciências exactas, — ¿ quem pregaria *bluffs* aos nossos especialistas (biólogos, físicos, matemáticos, psicólogos, etc., etc.) que se destacam pela intensidade da sua cultura geral, como um Marck Athias, um Mira Fernandes, um Pulido Valente, um José de Magalhães, um Reinaldo dos Santos, um Henrique de Vilhena, um Celestino da Costa, um Roberto Chaves, um Ferreira de Macedo, um Newton de Macedo, um Cirilo Soares, um Bento Caraça, um Aurélio Quintanilha, e tantos, tantos outros, que seria impossível enumerar aqui sem encher duas colunas da *Seara Nova*? (1)

Um terceiro motivo, é o ser o *bluff* porventura possível nos que escrevem livros de exposição da ciência: não, todavia, nos que são autores de ensaios de análise, de estrita relação, de elucidação de ideas. Pode-se copiar a « ciência » alheia: não se pode copiar, pelo contrário, a *actividade elucidadora* de um verdadeiro crítico. É evidente que qualquer animal pode roubar alimentos que um outro colheu; é evidente que qualquer individuo pode furtar iguarias que cozinhou um outro; uma tartaruga, porém, não pode copiar a agilidade de um gato; e o gato, por sua vez, não pode copiar o voar de uma pomba. Ora, todos vêem que os meus escritos não são de ciência acumulada, de conhecimentos, de resultados, de afirmações dogmáticas, de exposições, e como tais comparáveis a uma despensa, a um cortiço com mel, a uma vaca leiteira, a um armazém de bacalhoeiro, a uma mercearia (que valem pelo *conteúdo*, e não pela *forma*): são livros de análise, de exame crítico, de avaliação de ideas, de contrastaria de hipóteses, de *movimento mental* (2). Ora, o movimento men-

tal é que se não plagia. Por outras palavras: há autores cuja faina básica é fazerem provisão de material científico; e outros, muito diferentes, cuja faina básica é *criticar*, analisar, aclarar, aproximar e relacionar ideas; os primeiros podem ser plagiados, ou plagiar os outros; os segundos, muito ao invés, não podem ser plagiados, nem plagiar, no que eles têm de essencialmente seu, nem podem pregar *bluffs* aos seus leitores: porque os caracteriza uma *actividade*, uma gymnástica, uma forma, e não uma *matéria*, — e a actividade não é acessível ao roubo. Rouba-se a matéria, não a actividade; o estático, não o dinâmico; uma posição, não um movimento. Rouba-se uma « ciência » que ostentamos; não se rouba a inteligência de que fazemos uso. Ora, eu nunca pretendi ter ciência avondo, nem ciência própria; só ambiçonei compreender, pensar um pouco. Consideradas como depósitos de conteúdo científico, não têm as minhas obras valor algum, nem pretendem tê-lo: sou um crítico, um treinador, um pedagogo, um gymnasta mental: e colocar a propósito da minha pessoa o problema do plágio ou o do *bluff* — é não fazer a menor idea do verdadeiro carácter dos meus escritos, nos quais se não deve buscar o saber, mas sim a disciplina do intellecto (1).

Depois, é facto sabido que o verdadeiro analista tem uma espécie de estilo de análise seu, estilo que se mantém de uma obra para outra: e é mais uma coisa inacessível à cópia (2).

Depois ainda, parte da minha obra é de natureza polémica, e na polémica de análise (assim como a faço) o plágio e o *bluff* são também impossíveis, por isso que...

Mas não; não prologuemos o ridículo de falar de mim, *pro domo mea*. Nenhum dos leitores vê melhor do que eu que somente o silêncio era neste caso sensato, se acaso vivêssemos num país sensato. Mas como estamos em Portugal, — decidira calar-me, mas não foi possível. Bom seria agora que o que aí fica escrito o lêsse o *verdadeiro* Abel Salazar, e não o *outro*; mas se o ler o *outro*, ¿ que fazer-lhe? Eu, porém, é que devo não voltar mais ao caso. E não voltarei.

ANTÓNIO SÉRGIO

(1) E não falando, outro-sim, dos grandes espíritos estrangeiros que me conhecem, nem dos jovens escritores portugueses, colaboradores da *Presença* e da *Seara Nova*, também muito competentes para avaliarem, em assuntos de análise e de crítica, o que é *bluff* e o que não é *bluff*.

(2) E isso, com fins práticos, pedagógicos, sociais. Note-se que, como a ciência varia constantemente, os livros que são essencialmente de disciplina crítica envelhecem menos que os de «saber». De aí a juventude eterna dos diálogos de Platão.

(1) Assim, por exemplo, na minha *História de Portugal*, a matéria histórica não me pertence a mim: foi tirada dos historiadores e dos eruditos; pertence-me a *forma* lógica do livro, isto é, os fios de relações inteligíveis que ali circulam entre facto e facto; pertence-me o espírito, o arranjo, as proporções, a perspectiva, a *inteligência* e a arquitectura da obra, — o conjunto das *interpretações* dos factos. Não é trabalho de um historiador, senão que de um crítico. Não me desgostaria quem me dissesse que nos meus livros há uma única coisa que é bem minha: toda a porção de inteligência que nêles se encontra.

(2) Os críticos, tanto nacionais como estrangeiros, têm notado a minha maneira própria — densa e essencialmente vertebralizada — de construir o ensaio.